

**DIAGNÓSTICO
SOCIOECONÔMICO E
AMBIENTAL E PROJETO
FINAL DE ASSENTAMENTO
DO PA 1° DE JUNHO**



Anotação de Responsabilidade Técnica
PA 1º de JUNHO

Coordenação
José Ambrósio Ferreira Neto
Sociólogo

Consultores
Márcio Mota Ramos
Engenheiro Agrônomo
CREA-MG 11377-D

Walder Antônio de Albuquerque Nunes
Engenheiro Agrônomo
CREA-RO 1379-94

Geraldo Magela Damasceno
Engenheiro Civil
CREA-MG 54324-D

Ana Laura de Moura Dayrell
Bióloga
CRBio-04 – 37446-4P
11097250

Equipe Responsável pela Elaboração do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental e do Projeto Final de Assentamento do PA 1º de Junho

Coordenação Geral
José Ambrósio Ferreira Neto
Sociólogo

Mestre em Extensão Rural
Doutor em Sociedade, Desenvolvimento e Agricultura

Márcio Mota Ramos
Engenheiro Agrônomo
Mestre em Engenharia Agrícola
Doutor em Recursos Hídricos

Socioeconomia
José Ambrósio Ferreira Neto
Sociólogo
Mestre em Extensão Rural
Doutor em Sociedade,
Desenvolvimento e Agricultura

Cobertura Vegetal e Solos
Walder Antônio de Albuquerque Nunes
Engenheiro Agrônomo
Mestre em Ciência dos Solos
Doutor em Ciência dos Solos
Marcelo Metri Correa
Engenheiro Agrônomo
Mestre em Ciência dos Solos
Doutorando em Ciência dos Solos

Recursos Hídricos e Infra-estrutura
Márcio Mota Ramos
Engenheiro Agrônomo
Mestre em Engenharia Agrícola
Doutor em Recursos Hídricos

Geomática e Geoprocessamento
Rogério Mercandelle Santana
Engenheiro Agrimensor
Mestre em Engenharia Civil
Doutorando em Engenharia Civil
Carlos Alberto Bispo da Cruz
Engenheiro Agrimensor
Edgar Alencar Ribeiro Júnior
Geógrafo
Fausto Silva
Graduando em Eng. de Agrimensura

Meio Biótico
Ana Laura de Moura Dayrell
Bióloga
CRBio-04 – 37446-4P
11097250

Sumário

1.	CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO.....	7
1.1.	DENOMINAÇÃO DO PA.....	7
1.2.	DATA DE CRIAÇÃO	7
1.3.	DISTRITO E MUNICÍPIO/UF, MESORREGIÃO/MICRORREGIÃO FIBGE E REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MINAS GERAIS	7
1.4.	NÚMERO DE FAMÍLIAS.....	7
1.5.	IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL E VIAS DE ACESSO (MAPA EM ANEXO – LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO).....	7
1.6.	ÁREA	7
1.7.	PERÍMETRO.....	7
1.8.	COORDENADAS UTM	8
1.9.	SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS	8
1.10.	PLANTA DO IMÓVEL GEOREFERENCIADA (VER MAPA EM ANEXO – PLANTA DO IMÓVEL).....	8
1.11.	LIMITES	8
2.	HISTÓRICO DO PA.....	9
3.	CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DO PA	13
3.1.	DIAGNÓSTICO EXPEDITO DO MEIO FÍSICO E BIÓTICO	13
3.1.1.	Clima	13
3.1.2.	Geologia/formações superficiais	13
3.1.3.	Geomorfologia/relevo.....	14
3.1.4.	Solos e ambiente	15
3.1.4.1.	Correlação do solo com seu material de origem e seu posicionamento na paisagem.....	17
3.1.5.	Recursos Hídricos.....	17
3.1.6.	Vegetação nativa	19
3.1.7.	Fauna silvestre.....	20
3.2.	DIAGNÓSTICO DO USO ATUAL DOS RECURSOS NATURAIS E DOS SISTEMAS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO	27
3.2.1.	Organização territorial atual	27
3.2.2.	Descrição dos atuais sistemas de produção e do uso e manejo dos recursos naturais	29
3.2.2.1.	Sistema de produção	29
3.2.2.2.	Solos	33
3.2.2.3.	Água.....	35

3.2.2.4. Vegetação	35
3.2.3. Descrição dos sistemas de processamento e comercialização da produção	36
3.3. DIAGNÓSTICO EXPEDITO DESCRITIVO DO MEIO ANTRÓPICO	38
3.3.1. População	38
3.3.2. Moradia e saneamento	38
3.3.3. Captação e abastecimento de água e energia	41
3.3.4. Saúde	43
3.3.5. Estradas e transporte	44
3.3.6. Educação	44
3.3.7. Organização social e econômica	45
3.3.8. Relação com o Poder Público local, Estadual e Federal e com entidades de classe, Igrejas, Ong's etc	46
4. LEVANTAMENTO DO PASSIVO AMBIENTAL	47
4.1. IMPACTOS AMBIENTAIS DECORRENTES	47
4.1.1. Da organização territorial	47
4.1.1.1. Estradas	48
4.1.1.2. Água	48
4.1.2. Da construção de infra-estrutura	48
4.1.2.1. Moradia e saneamento	49
4.1.3. Dos sistemas produtivos e de uso e manejo dos recursos naturais	50
4.1.3.1. Recursos hídricos	50
4.1.3.2. Solos e vegetação	50
4.1.3.3. Impactos sobre a fauna de vertebrados terrestres	52
5. PROJETO FINAL DE ASSENTAMENTO	56
5.1. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS AOS IMPACTOS SÓCIO-ECONÔMICOS IDENTIFICADOS	57
5.1.1. Educação ambiental com ênfase na questão do lixo	57
5.1.2. Fiscalização ambiental (IEF/IBAMA/Polícia Florestal)	59
5.1.3. Utilização de agrotóxicos	59
5.1.4. Regularização dos lotes 31 e 32 do PA Cachoeirinha	60
5.2. MEDIDAS MITIGADORAS RELATIVAS ÀS QUESTÕES DE INFRA-ESTRUTURA	61
5.2.1. Estradas	61
5.2.2. Saneamento básico	62
5.2.3. Tratamento de água	64
5.2.4. Ampliação do número de famílias servidas por água da COPASA	65

5.3.	MEDIDAS MITIGADORAS PROPOSTAS EM RELAÇÃO AOS IMPACTOS AMBIENTAIS	65
5.3.1.	Solos	65
5.3.1.1.	Erosão	65
5.3.1.2.	Extração de barro e terra em áreas de preservação permanente	70
5.3.1.3.	Pastagens	70
5.3.2.	Vegetação	71
5.3.2.1.	Reserva legal	71
5.3.2.2.	Mata de galeria ou ciliares	73
5.3.2.3.	Reserva legal coletiva e áreas de preservação permanente	75
5.3.2.4.	Incêndios	76
5.3.2.5.	Cercamento de áreas de preservação	77
5.3.3.	Fauna	79
5.3.3.1.	Animais silvestres	79
5.3.3.2.	Animais domésticos	80
5.4.	DELINEAMENTO DO PROJETO FINAL DO PA 1° DE JUNHO	80
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	82
	ANEXOS.....	85

1. CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO (PA)

1.1. DENOMINAÇÃO DO PA

Projeto de Assentamento 1º de Junho.

1.2. DATA DE CRIAÇÃO

17 de setembro de 1996.

1.3. DISTRITO E MUNICÍPIO/UF, MESORREGIÃO/MICRORREGIÃO FIBGE E REGIÃO ADMINISTRATIVA DE MINAS GERAIS

- Município de Tumiritinga;
- Microrregião de Governador Valadares;
- Mesorregião Vale do Rio Doce;
- Região Administrativa de Minas Gerais Rio Doce.

1.4. NÚMERO DE FAMÍLIAS

82 famílias divididas em um grupo coletivo composto por 39 famílias, sendo que as demais ocupam lotes individuais.

1.5. IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL E VIAS DE ACESSO (MAPA EM ANEXO – LOCALIZAÇÃO DO IMÓVEL NO MUNICÍPIO)

O Assentamento está localizado a apenas 2 Km da sede do município. O acesso se dá saindo de Tumiritinga por estrada vicinal, após atravessar a estrada de ferro Vitória-Minas e a partir daí percorre-se aproximadamente 500 metros até chegar à entrada do Assentamento.

1.6. ÁREA

2.514,2720 ha.

1.7. PERÍMETRO

35.469,87 m.

1.8. COORDENADAS UTM

- UTM 218858,50 e7897357,37m.

1.9. SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS

- Córrego Limeira;
- Córrego Capivarinha;
- Córrego do Cangaia;
- Rio Doce;
- Bacia do Rio Doce.

1.10. PLANTA DO IMÓVEL GEOREFERENCIADA (VER MAPA EM ANEXO – PLANTA DO IMÓVEL)

1.11. LIMITES

Na região onde se localiza o PA 1° de Junho não existem Unidades de Conservação nem reservas indígenas. Na região predomina a atividade agropecuária, com ênfase na pecuária extensiva e na produção de grãos, principalmente feijão, arroz e milho, porém em precário estágio de modernização tecnológica. Em razão do padrão de utilização das terras na região, observa-se nos últimos 10 anos a intensificação do conflito fundiário, com a ampliação da demanda por terra e a ampliação do número de assentamentos rurais no entorno, existindo além do PA 1° de Junho, mais dois assentamentos no município, o PA Cachoeirinha, derivado do mesmo processo de desapropriação e o PA Natal, em fase de implantação.

- **Norte:** Rio Doce, José de Lana Chaves, Joaquim Alves Rocha;
- **Leste:** Perímetro urbano de Tumiritinga, Alberto Carlos da Cunha, Nelson Monteiro, Vantuil Rodrigues de Oliveira, PA Cachoeirinha, Alaíde Peter de Abreu;
- **Sul:** Aristeu Francisco da Silveira, Messias Januário, João Adão, Durvalino José de Almeida, Alaíde Peter de Abreu;
- **Oeste:** José de Lana Chaves, Aristeu Francisco da Silveira, Marcos, José Tomás de Aquino.

2. HISTÓRICO DO PA

O processo de organização social que originou o PA 1° de Junho tem raízes nos anos 80, quando em junho de 1988, a partir de ações de vistoria do INCRA-SR06, foram desapropriadas para fins de reforma agrária as fazendas Califórnia e Califórnia da Limeira, com área total de 3.011,4973 há, tratando-se de duas áreas contínuas e pertencentes aos mesmos proprietários, que eram intensivamente exploradas para a extração madeireira e a formação de pastagens. No entanto, já no início dos anos 90, o caráter predatório do modelo de produção dotado não mais possibilitava o retorno financeiro desejado pelos proprietários, conseqüência do total desaparecimento da cobertura vegetal nativa e do esgotamento das pastagens formadas de modo irregular e utilizadas à exaustão. Tal situação determinou o abandono das áreas, motivando a atuação do INCRA no sentido de promover a desapropriação. Nessa ocasião, trabalhadores do município de Tumiritinga, organizados pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais e pelo STUT – Sem Terra de Tumiritinga, já reivindicavam o assentamento de famílias do município nas áreas desapropriadas, mas atendendo a recomendação do órgão federal de que as áreas não deveriam ser ocupadas como condição para a garantia de efetiva desapropriação dos imóveis, estes trabalhadores continuaram aguardando que o INCRA providenciasse o assentamento, tendo em mente a garantia de terra para famílias do próprio município. Todavia, em junho de 1993, cinco anos

após o decreto de desapropriação, um grupo de cerca de 100 famílias de trabalhadores rurais ligados ao MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – formado por famílias excedentes do PA Santa Rosa-Córrego das Posses, no município de Itaipé, do PA Aruega, no município de Novo Cruzeiro e por famílias dos acampamentos Lajinha e Marambaia, ocuparam as áreas criando um conflito com as famílias vinculadas ao movimento sindical, que como reação, também ocuparam as propriedades. A ação promovida pelo MST criou sérias desavenças entre os trabalhadores vinculados ao STR e ao STUT que, ainda hoje, não foram totalmente superadas. A Figura 1, produzida em 1996, apresenta o acampamento das famílias que disputavam o direito de serem assentadas na área.

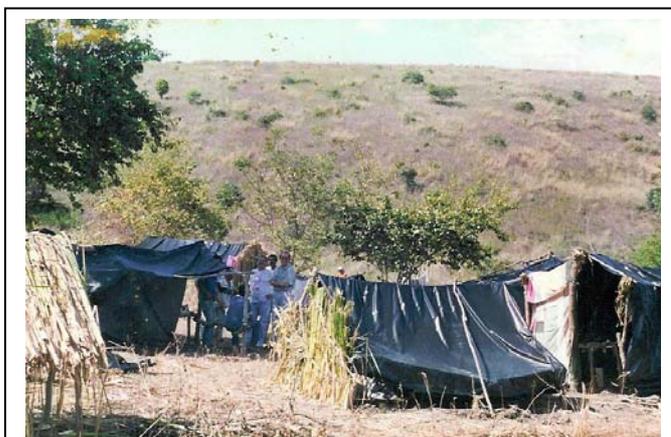


FIGURA 1. Acampamento de famílias interessadas na desapropriação das áreas em 1996 (observar o avançado estado de degradação ambiental da área).

o acampamento das famílias que disputavam o direito de serem assentadas na área.

Os trabalhadores vinculados ao STR e STUT pressionaram o INCRA no sentido de que área deveria ser ocupada prioritariamente pelas famílias do próprio município, que já aguardavam o assentamento havia mais de cinco anos; contudo, a resistência do grupo organizado pelo MST impossibilitava qualquer tipo de entendimento que não passasse também pelo assentamento das famílias que promoveram a primeira ocupação. Por terem menos familiaridade com o processo de organização e pela menor capacidade de negociação e experiência de suas lideranças, os trabalhadores ligados ao STR e STUT foram sendo colocados à margem do processo tendo que se contentar com o assentamento de apenas 33 famílias em uma pequena área de apenas 408 ha, onde atualmente se localiza o PA Cachoeirinha. Assim, graças à organização e ao poder de pressão do movimento, os trabalhadores ligados ao MST conseguiram realizar o assentamento de 82 famílias, entre aquelas que participaram da ocupação, sendo que dessas 82 famílias assentadas no PA 1° de Junho, 45 são excedentes do PA Aruega, no município de Novo Cruzeiro, também coordenado pelo MST.

Após a criação do Assentamento houve um princípio de divisão interna no grupo, em função das discussões a respeito do delineamento do parcelamento da área (apesar da coordenação do MST), uma vez que não havia unanimidade em torno da proposta de utilização coletiva da área total do projeto. Dessa forma, optou-se por um modelo de parcelamento que articula um grupo coletivo formado por cerca de 39 famílias, associadas à COOPERNOVA, Cooperativa de Produção Agropecuária Novo Horizonte Ltda, que explora uma área de aproximadamente 1.000 ha e as demais famílias (cerca de 43), que exploram lotes individuais; além disso, existe uma pequena área de 135,9368 ha às margens do Rio Doce que é explorada juntamente com o grupo coletivo.

A forma de organização social das famílias fez com que o processo de ocupação da área e da construção de sua infra-estrutura se desse de forma bastante diversificada, de modo a



FIGURA 2. Vista parcial da agrovila do PA 1° de Junho em maio de 2003 (observar a cobertura vegetal em estado de recomposição).

contemplar o interesse da maioria dos beneficiários. Assim, o Assentamento conta com uma agrovila, próxima à entrada principal do projeto, onde residem cerca de 60 famílias, sendo a maioria pertencente ao grupo coletivo, conforme se pode visualizar na Figura 2, apresentada a seguir. Apesar da maioria das residências da agrovila pertencerem aos trabalhadores do grupo coletivo, vários trabalhadores que exploram lotes individuais também têm residência

nessa área, que na verdade é uma área comunitária pertencente a todos os assentados e onde estão localizados todos os equipamentos do Assentamento, como escola, posto de saúde, escritórios etc.

O grupo formado pelos trabalhadores que optaram pela exploração de lotes individuais, possui um núcleo com 8 casas, localizado na área onde foi montado o acampamento durante a disputa com os trabalhadores ligados ao STR e STUT que acabaram indo para o PA Cachoeirinha. O restante das famílias dos trabalhadores que optaram pela exploração individual, mora nos próprios lotes. A Figura 3



FIGURA 3. Vista parcial do local onde foi montado o acampamento nos anos 90 e onde atualmente se localiza um dos núcleos de moradia do PA 1° de Junho (observar o estado de degradação ambiental da área).

apresenta a situação geral da área durante o processo de acampamento em 1996 e a Figura 4 apresenta a mesma área em maio de 2003. É importante observar não apenas o fato de que no presente existem casas de alvenaria e rede elétrica, mas principalmente, a expressiva recomposição da cobertura vegetal ocorrida após a implementação do projeto, bem visível na fotografia atual.

Assim, o processo de constituição do PA 1° de Junho reproduz uma trajetória de exploração intensiva e predatória dos recursos naturais em todo nordeste do Estado, principalmente ao longo do médio Rio Doce, na área de influência do município de Governador Valadares. Esse processo, baseado no controle da posse da terra e na utilização desta como mero objeto de exploração econômica, já apresenta



FIGURA 4. Vista parcial em 2003, da área apresentada na Figura 3, após a implementação do PA 1° de Junho. (Observar o avançado estado de recomposição da cobertura vegetal).

siniais de esgotamento, o que tem determinado a ampliação do conflito fundiário na região; e estes fatores, associados com a visível degradação ambiental, impossibilitam a manutenção dos antigos modelos de exploração. A criação do PA 1° de Junho evidencia que a reforma agrária não apenas possibilita a solução de problemas de ordem social e econômica, mas que, ao mesmo tempo, representa uma alternativa de recuperação de áreas ambientalmente

degradadas ou impróprias para modelos de exploração intensiva e monocultores, ou seja, a constituição do PA 1° de Junho mostra que a terra e a natureza podem ser, ao mesmo tempo, objeto de exploração econômica, de geração de renda e cidadania e de preservação e recuperação ambiental, condição de perenidade e sustentabilidade do projeto.